

Apresentação

Abrimos este número 62 da Revista Cadernos de Educação da UFPel com o artigo intitulado *Tiempo, individuo y aprendizaje: Tres categorías para repensar la educación como práctica*, de autoria de David Andrés Rubio-Gaviria e Maria Isabel Heredia-Duarte. Autor e autora trazem para o debate o conceito de prática educativa a partir da sua vinculação com três categorias: tempo, indivíduo e aprendizagem. A discussão apoia-se em obras da filosofia moderna do século XVIII, nos aportes da história do século XX e na crítica que oferece a antropologia contemporânea.

O manuscrito *Escola, inclusão e o princípio da igualdade: sobre o papel da gestão educacional em tempos de empresariamento da educação*, escrito pelas autoras Viviane Klaus e Morgana Domênica Hattge, traz a discussão a respeito das “soluções de gestão”, implementadas pelo Programa Jovem de Futuro (PJF), do Instituto Unibanco (IU), na educação. A análise problematiza a forma como a dinâmica concorrencial tem penetrado o campo educacional, alterando os princípios de igualdade e coletividade e afetando os processos inclusivos.

O terceiro artigo que compõe este número tem como título *Problematização e contraconduta na composição de um currículo do devir para o enfrentamento da distorção idade-série*. O estudo analisa os efeitos do currículo e da avaliação do Projeto de enfrentamento da distorção idade-série nos Anos Finais do Ensino Fundamental, no sul do Brasil, em tempos de Base Nacional Comum Curricular (BNCC). As autoras Clarice Salete Traversini, Julia Milani Reis e Renata Sperrhake utilizam as noções foucaultianas de problematização e de contraconduta, evidenciando que quando os docentes se afastam da aplicação da BNCC, construindo seus próprios currículos, propondo outras opções de escolha de conhecimentos e processos avaliativos face ao contexto dos estudantes, desloca-os da posição de excluídos na escola para construir posições de sujeitos-alunos aprendentes.

Karla Saraiva e Carine Loureiro são autoras do artigo intitulado *Da inclusão digital ao digital que inclui*, no qual discutem acerca das possibilidades de inserção, participação e visibilidade dos sujeitos promovidas pelas tecnologias digitais. As autoras apontam que a visibilidade alcançada por determinados grupos sociais, pelas vias da *web*, como é o caso de alguns movimentos feministas, implica na forma como o sujeito exerce o ativismo digital e pode, assim, promover sua inclusão nas reconfigurações políticas. Neste sentido, a inclusão por meio do digital provoca

transformações das relações consigo e com os outros.

Seguindo no tema da inclusão, temos o artigo *Práticas de in/exclusão: modos de ensinar e aprender no ciclo da alfabetização*, escrito pelas autoras Rejane Ramos Klein e Darlize Teixeira de Mello. As autoras trazem a discussão a respeito dos processos de ensino e aprendizagem destinados aos anos escolares iniciais, examinando as orientações das políticas públicas para atuação pedagógica nesse nível de ensino e problematizando os discursos oficiais, considerados como constituidores de saberes pedagógicos que definem práticas de in/exclusão. Ressaltam a necessidade de compreensão sobre a complexidade dos processos de ensinar e aprender no âmbito de uma lógica que prevê a inclusão de todos, mas que de dentro também produz exclusões, decorrentes da existência de estreitos critérios padronizados para alfabetização, bem como de sistemas de avaliação e seus resultados estatísticos.

Na sequência temos o texto de Kamila Lockmann e Rosimar Isidoro Machado intitulado *A tríade Ciclo de Alfabetização-PNAIC-ANA como um Fluxo Biopolítico Circular que gerencia a alfabetização no Brasil*, o qual prossegue a discussão sobre alfabetização. As autoras, alicerçadas no pensamento foucaultiano, defendem o argumento de que a tríade: Ciclo de Alfabetização-PNAIC-ANA opera sobre o sujeito docente a partir de um Fluxo Biopolítico Circular que articula saberes, poderes e modos de subjetivação, fazendo com que ora os professores se dobrem aos discursos das políticas, ora produzam escapes e rasgaduras na ordem instituída. Afirmam, ainda, que aquilo que escapa desta biopolítica contemporânea remete a outras questões e outros processos e nos instigam a refletir sobre os possíveis tipos de sujeito infantil alfabetizado que estão sendo produzidos no Brasil.

O artigo seguinte, de autoria de Maria Carolina da Silva Caldeira e Marluicy Alves Paraíso - *Conflitos entre a demarcação do infantil e antecipação da alfabetização no currículo do ensino fundamental*-, analisa os conflitos existentes entre o *dispositivo da infantilidade* e o *dispositivo de antecipação da alfabetização* e mostra como o *dispositivo de antecipação da alfabetização* aciona estratégias para apagar marcas do/a infantil criadas pelo *dispositivo da infantilidade* na modernidade, a partir de um processo de disputas e tensões. As autoras verificam de que forma os saberes da alfabetização, das diferentes disciplinas escolares e da mídia se articulam para produzir sujeitos crianças e professores/as com determinados modos de existir.

Gabriela Medeiros Nogueira, Monica Maciel Vahl e Arlette Ingran Willis são autoras do texto *A biblioteca como um espaço de acolhimento, inclusão e promoção da diversidade*. Apresentam resultados de uma pesquisa sobre ações de incentivo à leitura propostas em bibliotecas públicas municipais em dois países: Estados Unidos e Nova Zelândia e refletem sobre o papel que esses locais têm em uma sociedade culturalmente mais inclusiva. As autoras sugerem que implementar práticas de incentivo à leitura para o acolhimento das pessoas e a inclusão da comunidade,

necessita de políticas públicas consistentes e sistemáticas que fomentem o encontro e o diálogo nas bibliotecas, financiando desde a construção e organização dos espaços, compra de acervos e materiais até a contratação de profissionais capacitados para atender ao público e promover diferentes projetos e atividades.

A Língua Brasileira de Sinais no cenário das licenciaturas, de autoria de autoria Patrícia Graff, discute se e como a Língua Brasileira de Sinais (Libras) vem sendo ofertada na forma de componente curricular nas instituições de Ensino Superior. Inspirada nos Estudos Foucaultianos, a análise permite concluir que todas as instituições de Ensino Superior pesquisadas ofertam a Libras como componente curricular obrigatório para as licenciaturas. As discussões concentram-se sobre os aspectos linguísticos da Libras; a história de sua constituição e as concepções de cultura e identidade surdas. Periféricamente, discutem a ênfase inclusiva para a educação de surdos; possibilitam práticas de conversação e apresentam o *SignWriting*.

Dando continuidade na discussão sobre o tema da Língua Brasileira de Sinais, temos o artigo de autoria de Maria Mertzani, intitulado *Para um currículo de língua de sinais e a experiência grega*. O texto comunica acerca da implantação histórica do currículo da Língua de Sinais nos EUA e na Europa e discute um exemplo deste currículo no jardim de infância e nas escolas de surdos, no ensino fundamental, na Grécia, onde a grande maioria das escolas é pública, tratando seu conteúdo e objetivos.

O manuscrito escrito pelas professoras Maria Lúcia Nejm de Carvalho e Fernanda Rossi, cujo título é *loga como possibilidade de desenvolvimento pessoal na formação continuada de professoras da Educação Infantil*, discute sobre formação continuada dialogando com a prática da ioga. As autoras apontam que a ioga pode ocupar um espaço concreto e inovador para o desenvolvimento pessoal e profissional na docência, despontando como uma das estratégias (evidentemente, não a única) que pode ser utilizada no contexto da formação continuada por ser uma experiência potente no sentido de despertar as(os) professoras(es) para a descoberta e o desenvolvimento dos seus próprios corpos e a construção de novos saberes em torno de si, incidindo no desenvolvimento pessoal na docência.

O artigo seguinte, escrito por Cinthia Vieira Brum Lima e Sérgio Antônio da Silva Leite, traz a discussão sobre quais são as representações que os alunos têm da escola. Trata-se do texto *A voz dos alunos: elementos para repensar a escola*, o qual ressalta que cabe pensar uma nova forma de organização escolar, sendo importante abrir canais de escuta e viabilizar a expressão do aluno no ambiente escolar, revisitando seus espaços de interlocução, a fim de avaliar constantemente o quanto eles realmente têm sido – ou não - espaços democráticos.

Fechando este número temos a resenha elaborada por Márcia Ondina Vieira Ferreira. A autora debruçou-se sobre o livro *Pensamento Feminista: Conceitos*

Fundamentais, de Heloísa Buarque de Hollanda, intelectual que em sua trajetória se esmerou em oferecer-nos sistematizações de produções sobre o feminismo. O livro contém textos selecionados para a compreensão do feminismo enquanto campo de conhecimento.

Composto por três partes, precedidas por uma sistemática introdução da organizadora, o livro reúne, na primeira parte, textos já clássicos, elaborados desde os anos 1980, principalmente por teóricas estadunidenses que colaboraram para construir o arcabouço do pensamento feminista acadêmico no Brasil.

Na segunda parte, os sete textos que compõem a obra de Heloísa Buarque de Hollanda discutem a conceptualização construída pelos primeiros textos trazidos, buscando inserir o debate da especificidade e a teoria interseccional, conceituada pela organizadora em sua Introdução. Compõem o grupo de autoras mulheres radicadas nos Estados Unidos, Índia e Brasil.

A última parte do livro consiste de estudos mais recentes, inseridos nas perspectivas decolonial, queer e transgênero. Escrevem nesse espaço pessoas provenientes da Argentina, Estados Unidos, Espanha e Itália.

Desejamos uma boa leitura para todas as pessoas.

Amélia Teresinha Brum da Cunha
Magda Floriana Damiani
Mara Rejane Vieira Osório
Sígria Pimentel Höher Camargo
Jarbas Santos Vieira